



PREFEITURA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

009. PROVA OBJETIVA

ASSISTENTE JURÍDICO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto, para responder às questões de números **01** a **10**.

A nossa democracia é laica, mas nossas decisões políticas são tomadas sob a premissa de que Deus é – e sempre será – brasileiro. Queremos benefícios sem custos (e quem em sua consciência não quereria?).

Exigimos que seja assim. Os custos não de ser empurrados para algum momento indeterminado do futuro e cair sobre as costas de alguma entidade benévola não especificada, sem machucar ninguém. Algum dia alguém dá algum jeito e fica tudo certo. Deus resolve.

A maioria dos brasileiros concorda com o controle de preço do diesel, e quer ainda o controle de preço da gasolina e do gás natural. Só não aceita ter que pagar a conta. A Petrobras que tenha um prejuízo. E quem vai cobri-lo? O Tesouro, essa entidade superior e fonte de riquezas.

Não é um caso isolado. Todos pedem por mais gasto para suas causas e setores de preferência, sem nunca especificar quem vai ficar com a conta; essa fica para uma figura oculta, alguém com um bolso vasto e generoso. Há quem diga, inclusive, que o aumento de gastos vai aumentar a arrecadação; multiplicação milagrosa dos pães.

Essa é a lógica que governa o Brasil desde 1500, consagrada na Constituição de 1988, tão pródiga em direitos para todo mundo. O direito é a manifestação do *fiat** divino entre os homens: uma obrigação incondicional que a realidade – alguém – terá de dar algum jeito de cumprir.

O problema é que acabou o “milagre econômico” – um crescimento acelerado e sem causas conhecidas, que ocorre apesar de todas as deficiências e entraves, esses sim muito bem conhecidos. Deus parece ter conseguido o *green card*** e nos abandonou.

O que fazer? Uma alternativa é seguir confiando na intervenção divina até o fim, deixando o ajuste ao deus-dará. A corda estoura para o lado mais fraco, e voltamos ao caos primordial. A outra é ser impiedoso e olhar para a realidade com olhos de descrença.

Para que alguns continuem ganhando, pessoas de carne e osso terão que pagar. E aí sim poderemos responder à pergunta que o Brasil é mestre em evitar: quem?

O problema é que para as escamas caírem de nossos olhos também será necessário um milagre...

(Joel Pinheiro da Fonseca, *Folha de S.Paulo*, 12.06.2018. Adaptado)

**fiat*: do latim, faça-se, haja; referência à frase bíblica: “faça-se a luz”.

** *green card*: cartão de residência permanente nos EUA.

01. Segundo o texto, a ideia contida na expressão “Deus resolve” corresponde à propensão dos brasileiros para
- (A) dedicar-se a combater excessos de despesas, evitando prejuízos indesejáveis.
 - (B) enfrentar problemas financeiros, mesmo que pareçam de difícil solução.
 - (C) ter os interesses atendidos, sem preocupação com as obrigações decorrentes.
 - (D) atribuir a outrem a responsabilidade pelo surgimento de problemas difíceis de resolver.
 - (E) apostar na intervenção de outros países no enfrentamento de questões socioeconômicas.
02. O desenvolvimento das ideias do texto permite apontar, como um título que contraria a ideia de que “Deus resolve” e compatível com o ponto de vista do autor, a **negação** da seguinte máxima popular:
- (A) Deus é brasileiro.
 - (B) A esperança é a última que morre.
 - (C) Deus ajuda a quem cedo madruga.
 - (D) Devagar se vai ao longe.
 - (E) A voz do povo é a voz de Deus.
03. Associando-se as afirmações contidas no penúltimo e no último parágrafo, é correto afirmar que, no último, o autor se vale de expressão em sentido
- (A) figurado, para defender a ideia de que é melhor ocultar o fato de que a conta de benefícios concedidos a uns poucos deva caber a muitos outros.
 - (B) figurado, para afirmar a descrença na possibilidade de o brasileiro conscientizar-se de que é inevitável a população arcar com o ônus de concessões feitas a alguns.
 - (C) figurado, para assegurar que o brasileiro precisa ver os efeitos de medidas econômicas tomadas sem amparo na constituição de 1988, contrariando, pois, direitos de todos.
 - (D) próprio, para levar o leitor a perceber que milagres econômicos não se repetem e que é preciso que o enfrentamento da realidade seja assumido sem medo.
 - (E) próprio, para contradizer a ideia de que o país atravessa uma fase de crise econômica, que o impede de ver as necessidades reais da parcela mais pobre da população.

04. Considere as expressões destacadas nas passagens:

- Exigimos que seja **assim**. (2º parágrafo) /
- ... **multiplicação milagrosa dos pães**. (4º parágrafo) /
- E **aí** sim... (penúltimo parágrafo)

Elas retomam, correta e respectivamente, as seguintes informações do texto:

- (A) • ... e quem em **sã** consciência não quereria? /
• ... essa fica para uma figura oculta, alguém com um bolso vasto e generoso. /
• Para que alguns continuem ganhando...
- (B) • Queremos benefícios sem custos... /
• ... o aumento de gastos vai aumentar a arrecadação... /
• ... pessoas de carne e osso terão que pagar.
- (C) • ... nossas decisões políticas são tomadas sob a premissa de que Deus é – e sempre será – brasileiro. /
• ... o aumento de gastos vai aumentar a arrecadação... /
• Para que alguns continuem ganhando.
- (D) • ... e quem em **sã** consciência não quereria? /
• Todos pedem por mais gasto para suas causas e setores de preferência...
• ... pessoas de carne e osso terão que pagar.
- (E) • Queremos benefícios sem custos... /
• Todos pedem por mais gasto para suas causas e setores de preferência... /
• ... poderemos responder à pergunta que o Brasil é mestre em evitar: quem?

05. No primeiro parágrafo, o emprego do travessão duplo e dos parênteses cumpre a finalidade de intercalar comentários do autor que expressam, respectivamente,

- (A) certeza e finalidade.
(B) possibilidade e incerteza.
(C) advertência e convicção.
(D) discordância e hipótese.
(E) convicção e suposição.

06. As expressões destacadas nas passagens – A nossa democracia é **laica** ... / ... Constituição de 1988, tão **pródiga** em direitos para todo mundo. – têm sentido, correta e respectivamente, de:

- (A) desvinculada do mundo profano / generosa.
(B) associada ao mundo civil / concentrada.
(C) consagrada à religiosidade / concessiva.
(D) independente de confissão religiosa / profusa.
(E) dependente de oligarquias / permissiva.

07. Assinale a alternativa que apresenta o verbo conjugado no modo subjuntivo, dando sequência correta à frase – Talvez ...

- (A) Deus resolvia.
(B) algum dia alguém dava um jeito.
(C) queiramos benefícios sem custos.
(D) a maioria dos brasileiros concorda.
(E) poderíamos responder à pergunta.

08. Assinale a alternativa redigida de acordo com a norma-padrão de concordância e de regência verbal.

- (A) Pode haver alguns brasileiros que discordem de que se devam controlar os preços do diesel.
(B) Duvida-se que hajam brasileiros que antipatize com a ideia de que se possa controlar os preços do diesel.
(C) Existe aqueles que não consentem de que se estabeleça regras para controle do preço do diesel.
(D) Mais de um brasileiro adere da ideia de haverem mecanismos de controle do preço do diesel.
(E) Ainda não se identificou brasileiros que se manifeste contra a ideia de controle dos preços do diesel.

09. Nas passagens – A nossa democracia é laica, (I) **mas** nossas decisões políticas são tomadas sob a premissa de que Deus é – e sempre será – brasileiro. / (II) **Para que** alguns continuem ganhando, pessoas de carne e osso terão que pagar.– as expressões destacadas estabelecem, entre as afirmações a que se vinculam, relações de sentido de

- (A) (I) adição, sendo possível sua substituição por **também**; (II) modo, sendo possível sua substituição por **mesmo que**.
(B) (I) conclusão, sendo possível sua substituição por **contanto que**; (II) finalidade, sendo possível sua substituição por **até que**.
(C) (I) alternância, sendo possível sua substituição por **ou**; (II) modo, sendo possível sua substituição por **de maneira que**.
(D) (I) explicação, sendo possível sua substituição por **pois**; (II) adição, sendo possível sua substituição por **também que**.
(E) (I) oposição, sendo possível sua substituição por **entretanto**; (II) finalidade, sendo possível sua substituição por **a fim de que**.

10. Assinale a alternativa que preenche as lacunas do trecho adaptado, de acordo com a norma-padrão de colocação de pronomes e de emprego do sinal de crase.

Nunca _____ de um caso isolado. _____ por mais gasto para causas e setores de preferência, sem nunca especificar _____ quem cabia a conta; essa ficava para uma figura oculta, alguém com um bolso vasto e generoso. Geralmente _____ que, com o aumento de gastos, _____ pretendida arrecadação.

- (A) se tratava ... Se pedia ... à ... acreditava-se ... se chegaria a
(B) tratava-se ... Pedia-se ... a ... se acreditava ... chegaria-se à
(C) tratava-se ... Se pedia ... à ... acreditava-se ... chegaria-se a
(D) se tratava ... Pedia-se ... a ... se acreditava ... se chegaria à
(E) se tratava ... Pedia-se ... a ... acreditava-se ... se chegaria a

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

11. Assinale a alternativa que corresponde corretamente ao texto de Súmula Vinculante.

- (A) Norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária não se sujeita ao princípio da anterioridade.
- (B) A definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são de competência legislativa concorrente entre a União e os Estados.
- (C) Não é inconstitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário.
- (D) É constitucional a incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS sobre operações de locação de bens móveis.
- (E) Só por decreto se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público.

12. Nos termos da Constituição Federal, se o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual,

- (A) a União poderá intervir no Estado.
- (B) a Assembleia Legislativa apreciará o provimento em 48 horas.
- (C) o Estado não poderá intervir no Município, mas apreciará o provimento.
- (D) a União poderá intervir no Município.
- (E) o Estado poderá intervir no Município.

13. Preceitua a Constituição da República Federativa do Brasil que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

- (A) a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderá ser fixada ou alterada por lei comum, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral bianual, sempre na mesma data e com distinção de índices.
- (B) o prazo de validade do concurso público será de até um ano, prorrogável uma vez, por igual período.
- (C) a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
- (D) é permitida a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- (E) a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo ou informativo, dela podendo constar nomes, símbolos ou imagens, ainda que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

14. Nos termos expressos pela Constituição da República Federativa do Brasil, o ensino será ministrado com base, entre outros, nos seguintes princípios:

- (A) cumprimento das normas gerais da educação nacional, autorização e avaliação de qualidade pelo poder público.
- (B) pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, coexistência de instituições públicas e privadas de ensino e garantia de padrão de qualidade.
- (C) os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil, e os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.
- (D) a União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos.
- (E) na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório.

15. A Constituição Federal preceitua que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Incumbe ao poder público, para assegurar esse direito,

- (A) exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.
- (B) proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade, consideradas cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, ainda que sejam manifestações culturais.
- (C) disponibilizar as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.
- (D) as usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei estadual e municipal, sem o que não poderão ser instaladas.
- (E) definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, não sendo a alteração e a supressão permitidas, e vedada a edição de lei a respeito da matéria.

16. O Presidente da República ficará suspenso de suas funções:

- (A) nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Senado Federal.
- (B) nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pela Câmara dos Deputados.
- (C) nas infrações penais comuns, depois de admitida a acusação por dois terços do Senado Federal.
- (D) nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pela Câmara dos Deputados.
- (E) nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal.

17. A Constituição da República Federativa do Brasil estabelece, entre os Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, que

- (A) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
- (B) a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de autorização, vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- (C) as entidades associativas, independentemente de autorização, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.
- (D) é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, condicionada a licença prévia.
- (E) a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva será facultada e condicionada à disponibilidade orçamentária, independentemente de lei.

18. A política agrícola e fundiária constitucional determina que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, aquele que possua como seu,

- (A) por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.
- (B) por dez anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.
- (C) por cinco anos ininterruptos, ainda que com oposição, área de terra, em zona rural, não superior a oitenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.
- (D) por dez anos ininterruptos, ainda que com oposição, área de terra, em zona rural, superior a oitenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho, tendo, ou não, nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.
- (E) por quinze anos ininterruptos, sem oposição, área de terra em zona rural, não superior a sessenta hectares, tornando-a produtiva, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.

- 19.** A respeito do processo legislativo estatuído pela Constituição Federal, é correto afirmar que
- (A) independentemente da Casa na qual tenha sido concluída a votação, o Senado Federal enviará o projeto de lei ao Presidente da República, que, aquiescendo, o sancionará.
 - (B) o projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em dois turnos de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou rediscutido, se o rejeitar.
 - (C) a apreciação das emendas do Senado Federal pela Câmara dos Deputados far-se-á no prazo de trinta dias.
 - (D) a discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início na Câmara dos Deputados.
 - (E) os prazos estabelecidos para apreciação de projetos de lei na Câmara dos Deputados correm durante os períodos de recesso do Congresso Nacional, mas não se aplicam aos projetos de código.
- 20.** De acordo com a doutrina existente sobre eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais, são normas constitucionais de eficácia contida aquelas que
- (A) no momento da sua entrada em vigor já estão aptas a produzir todos os seus efeitos.
 - (B) geralmente determinam a criação de órgãos ou atribuem competências aos entes federativos.
 - (C) por si só não são capazes de produzir todos os seus efeitos, necessitam de uma lei infraconstitucional.
 - (D) têm aplicabilidade indireta, mediata e reduzida ou diferida, e vinculam o legislador infraconstitucional.
 - (E) possuem aplicabilidade direta, imediata e possivelmente não integral, com limitação da sua eficácia e aplicabilidade.
- 21.** Conforme estabelecido pela Constituição da República Federativa do Brasil, no que diz respeito à política urbana,
- (A) as desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com posterior e justa indenização em títulos.
 - (B) o plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, é obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes.
 - (C) a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências de ordenação da cidade, independentemente do plano diretor.
 - (D) o título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem e à mulher, condicionados ao estado civil.
 - (E) os imóveis públicos serão adquiridos por usucapião, nos casos em que estabelecer a lei ordinária.
- 22.** Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União, e especialmente
- (A) aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas.
 - (B) aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil hectares.
 - (C) escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União.
 - (D) sobre matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações.
 - (E) apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.
- 23.** Compete privativamente à Câmara dos Deputados
- (A) proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
 - (B) processar e julgar o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade.
 - (C) autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.
 - (D) dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.
 - (E) estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

24. Princípio previsto expressamente na Lei nº 9.784/99, que obriga a permanente adequação entre os meios e os fins, banindo-se medidas abusivas ou de qualquer modo com intensidade superior ao estritamente necessário.

É correto afirmar que o enunciado contempla o princípio da

- (A) motivação.
- (B) proporcionalidade.
- (C) legalidade.
- (D) segurança jurídica.
- (E) continuidade.

25. Com relação à organização administrativa, é correto afirmar que

- (A) a atividade administrativa é considerada descentralizada, quando é deferida a outras entidades dotadas ou não de personalidade jurídica, sempre por lei que a outorga.
- (B) ocorre descentralização, sempre que a competência administrativa para o exercício da atividade é repartida, dividida ou espalhada por diversas secretarias.
- (C) a centralização é a situação em que o Estado executa suas tarefas diretamente ou por meio de outras entidades dotadas de personalidade jurídica.
- (D) por meio de delegação (contrato ou ato) a outras entidades dotadas de personalidade jurídica, é possível descentralizar a atividade administrativa.
- (E) ocorre descentralização, sempre que a competência administrativa para o exercício da atividade é repartida, dividida ou espalhada por diversos ministérios.

26. Com relação à Administração indireta, o Superior Tribunal de Justiça sumulou:

- (A) Cabe mandado de segurança contra ato praticado em licitação promovida por sociedade de economia mista ou empresa pública.
- (B) Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar ações de que participa a Fundação Habitacional do Exército, equiparada à entidade autárquica federal, supervisionada pelo Ministério do Exército.
- (C) As autarquias só têm foro na Justiça Comum Estadual, quando a União intervém como assistente ou oponente.
- (D) Compete à Justiça Federal processar e julgar as causas cíveis em que é parte sociedade de economia mista e os crimes praticados em seu detrimento.
- (E) As sociedades de economia mista só têm foro na Justiça Comum Estadual, quando a União intervém como assistente ou oponente.

27. É correto afirmar, com relação às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, previstas na Lei nº 9.790/99, que

- (A) as instituições religiosas são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.
- (B) caso a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público adquira bem móvel com recursos provenientes da celebração do Termo de Parceria, este será gravado com cláusula de inalienabilidade.
- (C) é vedada às entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público a participação em campanhas de interesse político-partidário ou eleitorais, sob quaisquer meios ou formas.
- (D) as entidades e empresas que comercializam planos de saúde são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.
- (E) se perde a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, apenas por decisão judicial, em processo de iniciativa popular ou do Ministério Público.

28. É correto afirmar, com relação à acessibilidade aos cargos, empregos e funções públicas, que

- (A) desde 1988, com a Constituição Federal, somente os brasileiros natos ou naturalizados têm direito ao acesso aos cargos, empregos e funções públicas, sendo vedado ao estrangeiro, inclusive o acesso a cargos em universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológicas federais.
- (B) há cargos privativos de brasileiros natos (excepcionais e somente contemplados na Constituição Federal): Presidente e Vice-Presidente da República, Presidente da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, Ministros do STF e do STJ, membro de carreira diplomática; integrantes das Forças Armadas e Ministros de Estado da Defesa.
- (C) desde 1988, com a Constituição Federal, não apenas os brasileiros natos ou naturalizados, mas também os estrangeiros passaram a ter direito ao acesso aos cargos públicos e, com a reforma administrativa de 1998, ampliou-se também para empregos e funções públicas.
- (D) há cargos privativos de brasileiros natos (excepcionais e somente contemplados na Constituição Federal): Presidente e Vice-Presidente da República, Presidente da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, Ministros do STF, membro de carreira diplomática; Prefeitos Municipais; oficiais das Forças Armadas e Ministros de Estado.
- (E) desde 1998, com a reforma administrativa, não apenas os brasileiros natos ou naturalizados, mas também os estrangeiros (que antes apenas podiam ingressar no serviço público em universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológicas federais) têm direito ao acesso aos cargos, empregos e funções públicas.

29. Com relação ao poder regulamentar, é correto afirmar que

- (A) não é legítima a fixação de obrigações subsidiárias (ou derivadas) diversas das obrigações primárias (ou originárias) contidas na lei, por meio do poder regulamentar.
- (B) é possível o poder regulamentar originário contrariar a lei, sem a possibilidade de sofrer qualquer invalidação.
- (C) o poder regulamentar não representa uma prerrogativa de direito público, sendo reconhecido tão somente como um consectário do poder normativo do Estado.
- (D) ao desempenhar o poder regulamentar, a Administração exerce inegavelmente função normativa.
- (E) o poder regulamentar é derivado do poder disciplinar e hierárquico e, por este motivo, é legítima a fixação de obrigações subsidiárias (ou derivadas) diversas das obrigações primárias (ou originárias).

30. Ato vinculado por meio do qual a Administração confere ao interessado consentimento para o desempenho de certa atividade.

O enunciado se refere a

- (A) ato negocial.
- (B) fato administrativo.
- (C) licença.
- (D) poder discricionário.
- (E) autorização.

31. Assinale a alternativa correta com relação ao pregão.

- (A) Trata-se de modalidade própria para a aquisição de obras e serviços de engenharia.
- (B) Não se admite para aquisição de bens e serviços comuns.
- (C) A sua fase preparatória (interna) compreende a publicação do aviso/convocação.
- (D) Trata-se de modalidade própria para locações imobiliárias.
- (E) Os recursos desta modalidade devem ser interpostos na sessão pública.

32. Para os fins do disposto na Lei nº 8.987/95, considera-se

- (A) permissão de serviço público: a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente exclusivamente à pessoa física que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.
- (B) concessão de serviço público: a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.
- (C) permissão de serviço público: a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.
- (D) concessão de serviço público: a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.
- (E) permissão de serviço público: a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente exclusivamente à pessoa jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.

33. Com relação à alienação de bens públicos, é correto afirmar que

- (A) as terras devolutas ou arrecadadas por meio de ação discriminatória e necessárias à proteção dos ecossistemas naturais conservam a absoluta inalienabilidade.
- (B) a decreto que autoriza a alienação de bem imóvel retira-lhe a destinação específica, promovendo a afetação, tornando-o disponível para a transferência patrimonial.
- (C) a alienação de bens móveis dependerá de autorização legislativa, de avaliação prévia e de licitação, realizada na modalidade de concorrência.
- (D) o leilão é a modalidade facultativa para a alienação de bens inservíveis, apreendidos, sendo vedado aos penhorados.
- (E) a alienação de bens imóveis dependerá de autorização legislativa, de avaliação prévia e de licitação, realizada na modalidade de leilão.

34. É correto afirmar, no que concerne ao controle do Tribunal de Contas, que

- (A) a função desempenhada pelo Tribunal de Contas é técnica, administrativa e jurisdicional.
- (B) a fiscalização do Tribunal de Contas não se restringe ao “controle financeiro”, sendo, entretanto, vedada a fiscalização contábil e orçamentária da Administração Pública indireta.
- (C) na fiscalização pelo Tribunal de Contas, o controle pode tanger a: legalidade, legitimidade, economicidade e aplicação de subvenções e renúncia de receitas.
- (D) a fiscalização do Tribunal de Contas não se restringe ao “controle financeiro”, sendo, entretanto vedada a fiscalização contábil e orçamentária, das pessoas físicas que administre bens e valores públicos.
- (E) o Tribunal de Contas integra a estrutura do Poder Judiciário, auxiliando o Poder Legislativo, possuindo total autonomia.

35. Com relação à responsabilidade civil pessoal dos agentes públicos, em eventual ação regressiva, é correto afirmar que a ação

- (A) dependerá da atuação culposa ou dolosa do agente e da condenação anterior do Estado, não sendo vedado o seu ajuizamento quando do falecimento do servidor responsável pelo dano.
- (B) independe da atuação culposa ou dolosa do agente e da condenação anterior do Estado, não sendo vedado o seu ajuizamento quando do falecimento do servidor responsável pelo dano.
- (C) dependerá da atuação exclusivamente dolosa do agente e da condenação anterior do Estado, sendo vedado o seu ajuizamento quando do falecimento do servidor responsável pelo dano.
- (D) independe da atuação culposa do agente e da condenação posterior do Estado, não sendo vedado o seu ajuizamento quando do falecimento do servidor responsável pelo dano.
- (E) dependerá da atuação culposa ou dolosa do agente e da condenação anterior do Estado, sendo vedado o seu ajuizamento quando da demissão do servidor responsável pelo dano.

36. Assinale a alternativa correta.

- (A) Nos termos da Lei nº 8.429/92, reputa-se agente público, somente aquele que exerce função remunerada e não transitória, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função em qualquer Administração Pública.
- (B) Nos termos da Lei Complementar nº 101/00, a receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos doze anteriores, incluídas as duplicidades.
- (C) Nos termos da Lei Federal nº 12.527/11, negado o acesso a informação pelos órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, o requerente poderá recorrer à Procuradoria Geral da República, que deliberará no prazo de 5 (cinco) dias.
- (D) Nos termos do Decreto nº 201/67, o Poder Judiciário somente poderá processar o Prefeito por crime de responsabilidade após o pronunciamento da Câmara dos Vereadores.
- (E) Nos termos da Lei nº 12.846/13, a responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.

DIREITO CIVIL

37. A respeito das recentes inclusões sobre segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB, assinale a alternativa correta.

- (A) A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar tacitamente suas consequências jurídicas e administrativas.
- (B) Na interpretação de normas sobre gestão pública, não serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.
- (C) Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, serão consideradas inclusive as circunstâncias hipotéticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente.
- (D) Na aplicação de sanções, não deverão ser consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a Administração Pública, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do agente.
- (E) Decisão do processo, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, poderá impor compensação por benefícios indevidos ou prejuízos anormais ou injustos resultantes do processo ou da conduta dos envolvidos.

- 38.** Joaquim, empresário bem sucedido, solteiro e sem filhos, decide que irá doar um apartamento, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), para o seu sobrinho, João, se ele for aprovado na faculdade de medicina. A situação hipotética trata de uma hipótese de
- (A) condição suspensiva.
 - (B) condição causal.
 - (C) condição resolutiva.
 - (D) termo.
 - (E) encargo.
- 39.** Considerando a situação hipotética de um imóvel exclusivamente destinado à prática ilegal de jogos de azar, tais como vídeobingos e caça-níquel, caracteriza hipótese de
- (A) dano estético.
 - (B) dano social.
 - (C) perda de uma chance.
 - (D) dano moral coletivo.
 - (E) responsabilidade objetiva, sendo necessário comprovar a dor, sofrimento e abalo psicológico.
- 40.** É um exemplo de prazo decadencial o prazo para propor ação
- (A) para a cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público.
 - (B) para haver prestações alimentares.
 - (C) para a percepção de emolumentos, custas e honorários por tabeliães, auxiliares da justiça, serventuários judiciais, árbitros e peritos.
 - (D) para haver o pagamento de título de crédito.
 - (E) de anulação do negócio jurídico.
- 41.** A consignação em pagamento é caracterizada pelo depósito judicial ou em estabelecimento bancário, da coisa devida, nos casos e formas legais, extinguindo a obrigação.
- Sobre o tema, assinale a alternativa correta.
- (A) O depósito requerer-se-á no domicílio do credor, cessando, tanto que se efetue, para o depositante, os juros da dívida e os riscos, salvo se for julgado improcedente.
 - (B) Enquanto o credor não declarar que aceita o depósito, o devedor poderá requerer o levantamento, ficando a cargo do credor o pagamento das despesas.
 - (C) Julgado procedente o depósito, o devedor já não poderá levantá-lo, embora o credor consinta, senão de acordo com os outros devedores e fiadores.
 - (D) As despesas com o depósito correrão sempre à conta do devedor.
 - (E) Se a dívida vencer, pendendo litígio entre credores que se pretendem mutuamente excluir, apenas o credor principal poderá requerer a consignação.
- 42.** Sobre o contrato de transação, assinale a alternativa correta.
- (A) Permite-se a transação quanto aos direitos patrimoniais de caráter público ou privado.
 - (B) Por meio da transação se transmitem, se declaram ou se reconhecem os direitos patrimoniais.
 - (C) A transação não a aproveita, nem prejudica senão aos que nela intervirem, ainda que diga respeito a coisa indivisível.
 - (D) Sendo nula uma das cláusulas da transação, aproveitar-se-ão as demais cláusulas que dela não dependam.
 - (E) A transação pode ser anulada por erro de direito a respeito das questões que foram objeto de controvérsia entre as partes.

43. O hospital X, situado na Cidade de São Bernardo do Campo, passou a oferecer o serviço de plano de saúde para os seus pacientes no valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais). No anúncio, informou que caso mais de 1.000 (mil) pessoas contratassem o plano, o valor seria reduzido para a metade. Quando o plano de saúde atingiu 900 (novecentas) pessoas contratadas, o valor do plano foi reduzido pela metade. Porém, onze meses após as contratações, o hospital X decidiu que iria cobrar o valor integral do plano de saúde.

Sobre a situação hipotética, considerando os princípios da boa-fé objetiva, é correto afirmar que o hospital X está

- (A) correto, pois não houve a contratação pelo número de pessoas previamente estabelecido.
- (B) correto, em razão do instituto conhecido como *tu quoque*.
- (C) correto, em razão do instituto conhecido como *supressio*.
- (D) incorreto, em razão do instituto conhecido como *venire contra factum proprium*.
- (E) incorreto, em razão do instituto conhecido como *tu quoque*.

44. Sobre a aquisição da posse, assinale a alternativa correta.

- (A) Adquire-se a posse desde o momento em que se torna possível o exercício em nome próprio ou alheio de qualquer dos poderes inerentes à propriedade.
- (B) A posse pode ser adquirida pela própria pessoa que a pretende ou por seu representante, ou ainda por terceiro sem mandato, dependendo de ratificação.
- (C) Ao sucessor universal é facultado unir sua posse à do antecessor para os efeitos legais.
- (D) Induzem posse os atos de mera permissão.
- (E) Em regra, a posse do imóvel não faz presumir a das coisas móveis que nele contiverem.

45. Sobre a lei de parcelamento do solo, assinale a alternativa correta.

- (A) Infraestrutura básica dos parcelamentos é constituída pelos equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar e vias de circulação.
- (B) O parcelamento do solo urbano poderá ser feito mediante loteamento ou desmembramento, observadas as disposições da lei de parcelamento do solo, não sendo possível estabelecer normas estaduais ou municipais complementares, por ser o meio ambiente um bem de uso comum intergeracional.
- (C) Considera-se lote a subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.
- (D) Considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.
- (E) Considera-se desmembrado o terreno servido de infraestrutura básica cujas dimensões atendam aos índices urbanísticos definidos pelo plano diretor ou lei municipal para a zona em que se situe.

46. Com relação às águas, no direito de vizinhança, assinale a alternativa correta.

- (A) O dono ou possuidor do prédio inferior é obrigado a receber as águas que correm naturalmente do superior, sendo possível realizar obras para embarrasar o fluxo.
- (B) Quando as águas artificialmente levadas ao prédio superior correrem dele para o inferior, poderá o dono deste reclamar que se desviem, ou se lhe indenize o prejuízo que sofrer.
- (C) O proprietário de nascente pode desviar o curso natural das águas remanescentes pelos prédios inferiores.
- (D) O proprietário não tem direito de construir barragens, açudes ou outras obras para represamento de água em seu prédio.
- (E) A construção de aqueduto impede que o proprietário cerque o imóvel, mas permite a utilização das águas para as primeiras necessidades da vida.

47. No contrato de locação, regido pela Lei nº 8.245/1991, é possível que o locador exija do locatário uma garantia locatícia. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.
- (A) São modalidades de garantia: caução, fiança, seguro de fiança locatícia e cessão fiduciária de quotas de fundo de investimento.
 - (B) É permitido ao locador exigir do locatário mais de uma modalidade de garantia caso a garantia prestada seja insuficiente.
 - (C) A caução poderá ser sobre bens imóveis, e registrada em Cartório de Títulos e Documentos.
 - (D) O seguro de fiança locatícia poderá abranger apenas parcela das obrigações do locatário.
 - (E) Não estando a locação garantida por qualquer das modalidades, o locador poderá exigir do locatário o pagamento do aluguel e encargos até o quinto dia útil do mês vincendo.
48. Nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde das gestantes, públicos e particulares, são obrigados a
- (A) manter registro das atividades desenvolvidas, por meio de prontuários individuais, pelo prazo de cinco anos.
 - (B) identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão digital, bem como a impressão digital da mãe e do pai.
 - (C) fornecer declaração de nascimento, com ou sem as intercorrências do parto.
 - (D) manter alojamento separado entre o neonato e a mãe, para que o neonato receba os cuidados mais adequados.
 - (E) acompanhar a prática do processo de amamentação, prestando orientações quanto à técnica adequada, enquanto a mãe permanecer na unidade hospitalar, utilizando o corpo técnico já existente.
49. É correto afirmar que o membro da Advocacia Pública será civil
- (A) e solidariamente responsável quando agir com dolo ou culpa no exercício de suas funções.
 - (B) e progressivamente responsável quando agir com culpa ou fraude no exercício de suas funções.
 - (C) e exclusivamente responsável quando agir com dolo, culpa ou fraude no exercício de suas funções.
 - (D) e regressivamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.
 - (E) e subsidiariamente responsável quando agir com dolo ou culpa no exercício de suas funções.
50. O valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção e será,
- (A) na ação de cobrança de dívida, a soma monetariamente corrigida do principal, dos juros de mora vencidos e de outras penalidades, se houver, a contar da citação.
 - (B) na ação que tiver por objeto a existência, a validade, o cumprimento, a modificação, a resolução, a resilição ou a rescisão de ato jurídico, o valor do ato ou o de sua parte incontrovertida.
 - (C) na ação de divisão, de demarcação e de reivindicação, o valor pretendido do bem objeto do pedido.
 - (D) na ação em que os pedidos são alternativos, o valor da soma de todos os pedidos.
 - (E) na ação em que houver pedido subsidiário, o valor do pedido principal.
51. Sobre as nulidades, é correto afirmar:
- (A) quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, a decretação desta pode ser requerida pela parte que lhe deu causa.
 - (B) quando a lei prescrever determinada forma, o juiz não considerará válido o ato realizado de outro modo, ainda que alcance a finalidade.
 - (C) devem ser alegadas na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preempção.
 - (D) devem ser alegadas na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão.
 - (E) a nulidade de uma parte do ato não prejudicará as outras que dela sejam dependentes.

- 52.** Sobre as tutelas provisórias estabelecidas no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.
- (A) A tutela provisória requerida em caráter incidental depende do pagamento de custas.
 - (B) A tutela provisória não conservará a eficácia durante o período de suspensão do processo.
 - (C) Para a concessão da tutela de urgência o juiz não pode exigir caução real ou fidejussória.
 - (D) A tutela da evidência poderá ser concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.
 - (E) A decisão que concede a tutela fará coisa julgada.
- 53.** Depois da contestação, é lícito ao réu deduzir novas alegações quando
- (A) a petição inicial não estiver acompanhada de instrumento que a lei considerar da substância do ato.
 - (B) estiverem em contradição com a defesa, considerada em seu conjunto.
 - (C) relativas a direito ou a fato superveniente.
 - (D) não competir ao juiz conhecer delas de ofício.
 - (E) sem expressa autorização legal, puderem ser formuladas em qualquer tempo e grau de jurisdição.
- 54.** Os prazos contra o revel que não tenha patrono nos autos fluirão da data
- (A) da juntada do edital nos autos.
 - (B) de publicação do ato decisório no órgão oficial.
 - (C) da expedição do edital.
 - (D) da intimação por hora certa.
 - (E) de disponibilização do ato decisório no órgão oficial.
- 55.** Verificando a existência de irregularidades ou de vícios sanáveis, o juiz determinará
- (A) sua correção em prazo nunca superior a 30 (trinta) dias.
 - (B) a extinção dos autos sem resolução de mérito.
 - (C) sua correção em prazo nunca superior a 10 (dez) dias.
 - (D) a extinção dos autos com resolução de mérito.
 - (E) sua correção em prazo nunca superior a 15 (quinze) dias.
- 56.** O juiz decidirá parcialmente o mérito quando um ou mais dos pedidos formulados, ou parcela deles,
- (A) dispensar a necessidade de produção de outras provas.
 - (B) mostrar-se ilíquido.
 - (C) mostrar-se incontroverso.
 - (D) não estiver em condições de julgamento na totalidade.
 - (E) mostrar-se certo e determinado.
- 57.** No cumprimento de sentença que lhe impuser o dever de pagar quantia certa, a Fazenda Pública será
- (A) intimada, na pessoa de seu representante judicial, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução.
 - (B) intimada, na pessoa de seu representante legal, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias e nos próprios autos, impugnar a execução.
 - (C) citada, na pessoa de seu representante judicial, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias e nos próprios autos, impugnar a execução.
 - (D) intimada, na pessoa de seu representante legal, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e em autos apartados, impugnar a execução.
 - (E) citada, na pessoa de seu representante judicial, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e em autos apartados, impugnar a execução.

58. Sobre os Recursos estabelecidos no Código de Processo Civil, é correto afirmar que
- (A) o recurso pode ser interposto somente pela parte vencida e pelo Ministério Público.
 - (B) sendo vencidos autor e réu, ao recurso interposto por qualquer deles não poderá aderir o outro.
 - (C) o recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.
 - (D) o recurso pode ser interposto somente pela parte vencida.
 - (E) o recorrente poderá, a qualquer tempo, com a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.
59. No âmbito do Juizado Especial Federal, a citação das pessoas jurídicas de direito público, para audiência de conciliação, deve ser efetuada com antecedência mínima de
- (A) 30 (trinta) dias.
 - (B) 15 (quinze) dias.
 - (C) 48 (quarenta e oito) horas.
 - (D) 5 (cinco) dias.
 - (E) 72 (setenta e duas) horas.
60. No Juizado Especial da Fazenda Pública, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios,
- (A) não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, exceto para a interposição de recursos.
 - (B) pode-se julgar demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos.
 - (C) as microempresas e empresas de pequeno porte não poderão figurar como autores.
 - (D) pode-se julgar ações de mandado de segurança.
 - (E) não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos.
61. Uma loja virtual faz o anúncio na internet da venda de um liquidificador de determinada marca e equivocadamente coloca como preço R\$ 2,00 (dois reais) ao invés de R\$ 200,00 (duzentos reais). Nabuco, vendo aquele erro, resolve comprar 20 liquidificadores para revender tais aparelhos após a entrega e auferir lucro. Diante dessa situação, responda corretamente:
- (A) sendo aplicada ao caso a vinculação gerada pelo anúncio, por meio do instituto da oferta, previsto na legislação vigente, não poderá a loja se negar a entregar os produtos logo após o pagamento realizado por Nabuco.
 - (B) aplica-se ao caso em tela a teoria do erro justificável, e em razão da má-fé de Nabuco, a loja não será obrigada a entregar os produtos, devendo ressarcir Nabuco dos valores eventualmente pagos.
 - (C) por se tratar de compra pela internet, Nabuco poderá exercer seu direito de arrependimento em 90 dias, por se tratar de produtos duráveis, caso a loja se negue a entregar os produtos.
 - (D) dada a vulnerabilidade do consumidor, independentemente da intenção de Nabuco, a loja deverá fazer a entrega dos produtos, pela aplicação da teoria do risco do empreendimento.
 - (E) Nabuco poderá exigir o cumprimento imediato da obrigação, com a entrega dos vinte liquidificadores, mesmo que não tenha pago o preço real, dada a natureza vinculante da oferta.
62. Nicanor ingressa com uma ação judicial contra o Banco Eurorico S/A, alegando que o contrato de crédito que com essa instituição mantém, possui uma cláusula abusiva referente à cobrança de um serviço não solicitado. Diante desse cenário e frente ao que o STJ já sumulou a respeito, assinale a alternativa correta.
- (A) Havendo outras cláusulas contratuais nesse pacto que não foram alegadas como abusivas, poderá o juiz, em razão da lei consumerista ser de ordem pública, declará-las nulas de pleno direito.
 - (B) As alegações de Nicanor devem ser encaradas como anulabilidades, pois cláusulas abusivas em contratos de consumo não podem ser declaradas de ofício.
 - (C) Tratando-se de contratos bancários, não se pode aplicar a legislação consumerista, e apenas as cláusulas alegadas como abusivas poderão ser analisadas pelo juiz.
 - (D) Tendo em vista que aos contratos bancários não se aplicam a natureza jurídica de ordem pública da lei consumerista, em que pese seja uma relação de consumo, somente as cláusulas alegadas como abusivas por Nicanor poderão ser analisadas pelo juiz.
 - (E) Como o princípio do *pacta sunt servanda* se aplica integralmente aos contratos de consumo, uma vez assinado o contrato, não há que se discutir as cláusulas nele constantes, que só serão revistas por razões supervenientes, alheias às vontades das partes.

63. Sob o prisma dos direitos básicos do consumidor, assinale a alternativa que traz uma hipótese de ofensa clara à liberdade de escolha.
- (A) A consumidora que teve negado um exame de ecocardiografia fetal, mas prova que outra pessoa com o mesmo plano se submeteu ao mesmo procedimento na mesma clínica, sendo que sem justificativa o plano de saúde recusa atendimento a ela nessa clínica credenciada.
 - (B) Uma empresa de cosméticos que faz campanha de produto de beleza que induz os consumidores a acreditarem que usando um creme facial desaparecerão imediatamente as rugas.
 - (C) Juiz que indefere a inversão do ônus da prova mesmo diante da clara impossibilidade de o consumidor realizar a comprovação de fatos que são relevantes para o esclarecimento da causa.
 - (D) Empresa que insere uma cláusula contratual em contrato de adesão que a exonera de qualquer ressarcimento de prejuízos que venha causar ao consumidor.
 - (E) Um banco que só aceita contratar determinado financiamento, no qual estão previstos juros mais baixos, se o consumidor se submeter a adquirir também o seguro através da seguradora de seu grupo econômico.
64. Assinale a alternativa que traga exemplo de um produto durável e essencial e um serviço classificado como não durável, respectivamente.
- (A) Geladeira e serviço de carpintaria.
 - (B) Alimentos e serviço de jardinagem.
 - (C) Fogão e serviço de lavanderia.
 - (D) Perfume e plano de saúde.
 - (E) Violão e tratamento dentário.
65. Sobre as sanções administrativas previstas no Código de Defesa do Consumidor, é certo afirmar que
- (A) a intervenção administrativa não pode ser aplicada de forma cumulativa com outras infrações cometidas contra as regras consumeristas.
 - (B) os órgãos oficiais poderão expedir notificações aos fornecedores para que, sob pena de desobediência, prestem informações sobre questões de interesse do consumidor, resguardado o segredo industrial.
 - (C) as sanções administrativas previstas na legislação consumerista serão aplicadas pela autoridade administrativa, no âmbito de sua atribuição, não podendo ser requerida medida judicial de natureza cautelar ou antecedente enquanto não finalizado o procedimento administrativo.
 - (D) a imposição de contrapropaganda será cominada quando o fornecedor incorrer na prática de publicidade abusiva, e deverá ser feita às expensas de quem reclamou.
 - (E) pendendo ação judicial na qual se discuta a imposição de penalidade administrativa, o fornecedor será considerado reincidente até o trânsito em julgado da sentença.

66. Omitir dizeres ou sinais ostensivos sobre a nocividade ou periculosidade de produtos, nas embalagens, nos invólucros, recipientes ou publicidade, é infração penal, descrita no Código de Defesa do Consumidor, que possui como pena base de detenção, de
- (A) seis meses a dois anos e multa.
 - (B) um a seis meses e multa.
 - (C) seis meses a um ano e multa.
 - (D) três meses a um ano e multa.
 - (E) três meses a dois anos e multa.

DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

67. No universo do processo civil coletivo, há um procedimento que tem por finalidade evitar que se multipliquem várias ações que versem sobre determinado direito líquido e certo acerca de um mesmo fato. Pode ser impetrada por partido político com representação no Congresso Nacional e organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
- O procedimento que possui tais características é
- (A) o mandado de segurança individual.
 - (B) a ação popular.
 - (C) o mandado de segurança coletivo.
 - (D) a ação civil pública.
 - (E) o inquérito civil.
68. Sobre as regras de competência da ação popular, assinale a alternativa correta.
- (A) Ato do Presidente da República objeto de ação popular sempre será julgado pelo Supremo Tribunal Federal aplicando-se a regra de competência originária.
 - (B) Todas as ações populares devem ser propostas na segunda instância, pois são os desembargadores do local do ato que são competentes originariamente para análise dessas ações.
 - (C) Atos de Governadores, objetos de ações populares, sempre devem ser analisados originariamente pelo Superior Tribunal de Justiça, aplicando-se a regra de competência originária.
 - (D) A competência para julgar ação popular contra ato de qualquer autoridade, via de regra, até mesmo do Presidente da República, é do juízo competente de primeiro grau.
 - (E) Não há qualquer hipótese em que se tenha competência originária do Supremo Tribunal Federal para análise de ações populares.

69. Sobre a desistência das ações civis públicas, nos termos da legislação, é certo afirmar:
- (A) inaceitável é a desistência, pois o objeto dessas demandas é sempre indisponível.
 - (B) se proposta tal ação por uma associação, havendo o abandono da causa, caberá ao Ministério Público com exclusividade assumir o polo ativo.
 - (C) se o autor da demanda desistir, deverá esclarecer as razões da desistência, sob pena de não ser homologada.
 - (D) é omissa a legislação sobre tal tema, havendo apenas previsão de substituição do polo em caso de renúncia do direito coletivo pleiteado.
 - (E) caso ocorra desistência infundada ou abandono da causa, por associação legitimada, tanto o Ministério Público ou qualquer outro legitimado poderão assumir o polo ativo da demanda.
70. Sobre os direitos que assistem às pessoas portadoras de necessidades especiais, descritos na Lei nº 13.146/2015, é certo afirmar que
- (A) se considera discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.
 - (B) nos serviços de emergência públicos e privados, a prioridade de atendimento ao portador de necessidade especial não é condicionada aos protocolos de atendimento médico.
 - (C) nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, a pessoa com deficiência ou o seu responsável goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, observado, dentre outros direitos, a reserva de, no mínimo, 5% (cinco por cento) das unidades habitacionais para pessoa com deficiência.
 - (D) os programas de estímulo ao empreendedorismo e ao trabalho autônomo, excluindo-se o cooperativismo e o associativismo, devem prever a participação da pessoa com deficiência e a disponibilização de linhas de crédito, quando necessárias.
 - (E) as frotas de empresas de táxi devem reservar 5% (cinco por cento) de seus veículos acessíveis à pessoa com deficiência.
71. Sobre a usucapião especial de imóvel urbano, prevista no estatuto da cidade (Lei nº 10.257/01), assinale a alternativa correta.
- (A) A área do imóvel que se pretende usucapir a ser considerada é de, no mínimo, duzentos e cinquenta metros quadrados.
 - (B) O tempo de posse para efeitos de sua configuração pode ser intercalado em vários períodos distintos, contanto que some menos de cinco anos.
 - (C) Para que se tenha direito a essa modalidade de aquisição de imóveis, dentre outros requisitos, o possuidor deve residir nesse imóvel de até 250 metros quadrados com sua família, sem que seja proprietário de outro imóvel.
 - (D) O herdeiro legítimo continuará, de pleno direito, a posse de seu antecessor, mesmo que não resida no imóvel por ocasião da abertura da sucessão.
 - (E) O título de domínio dessa usucapião será conferido ao homem ou à mulher, ou a ambos, quando casados, independentemente do regime de bens.
72. Assinale a alternativa correta sobre o estatuto da igualdade racial (Lei nº12.288/10).
- (A) A capoeira é reconhecida como desporto de criação nacional, facultado o seu ensino nas instituições públicas e privadas pelos capoeiristas e mestres tradicionais, pública e formalmente reconhecidos.
 - (B) É assegurada a assistência religiosa aos praticantes de religiões de matrizes africanas internados em hospitais ou em outras instituições de internação coletiva, exceto àqueles submetidos a pena privativa de liberdade.
 - (C) O Poder Executivo Estadual, com exclusividade, deverá implementar critérios para provimento de cargos em comissão e funções de confiança destinados a ampliar a participação de negros, buscando reproduzir a estrutura da distribuição étnica nacional ou, quando for o caso, estadual, observados os dados demográficos oficiais.
 - (D) Os moradores das comunidades de remanescentes de quilombos serão beneficiários de incentivos específicos para a garantia do direito à saúde, no saneamento básico, na segurança alimentar e nutricional e na atenção integral à saúde, não sendo incluídos nesse benefício as melhorias nas condições ambientais.
 - (E) Nos estabelecimentos de ensino fundamental, públicos e privados, é facultado o estudo da história geral da África e da história da população negra no Brasil, sendo obrigatório esse conteúdo apenas no ensino médio.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

73. Considera-se instrumento de planejamento e gestão da Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Reservatório Billings – APRM-B:

- (A) o incentivo à implantação de atividades compatíveis com a proteção dos mananciais.
- (B) as áreas de intervenção, assim definidas em lei, suas normas, diretrizes e parâmetros de planejamento e gestão da Bacia Hidrográfica do Reservatório Billings.
- (C) a manutenção do meio ambiente equilibrado.
- (D) a autorização para estabelecimento de convênios entre o Governo do Estado e os municípios que compõem a APRM-B, visando a sua recuperação socioambiental.
- (E) a manutenção da integridade das Áreas de Preservação Permanente, dos remanescentes de Mata Atlântica e Unidades de Conservação.

74. Nos termos da Lei Estadual nº 13.579/2009, é definida como área de recuperação ambiental – ARA a área

- (A) de interesse para a proteção dos mananciais e para a preservação, conservação e recuperação dos recursos naturais, definida pela legislação como área de preservação permanente e como unidade de conservação de uso integral e em outros dispositivos da legislação estadual e municipal.
- (B) de interesse para o desenvolvimento de usos urbanos e rurais, desde que atendidos requisitos que garantam condições ambientais compatíveis com a produção de água em quantidade e qualidade para abastecimento público.
- (C) que apresenta uso e ocupação que comprometem a quantidade e qualidade dos mananciais e exige ações de caráter corretivo.
- (D) delimitada como área de influência direta no Rodoanel Mário Covas, conforme delimitado no mapeamento das Áreas de Intervenção e Compartimentos Ambientais da APRM – B.
- (E) mínima de terreno que poderá resultar de loteamento, desmembramento ou desdobro.

75. Cabe aos órgãos da Administração Pública municipal

- (A) estabelecer convênios com os Municípios interessados em exercer as atividades de licenciamento de responsabilidade do Estado.
- (B) prestar apoio aos Municípios que não estiverem devidamente aparelhados para exercer plenamente as funções relativas ao licenciamento, regularização, compensação e fiscalização na APRM-B.
- (C) aprovar os Programas de Recuperação de Interesse Social – PRIS e Programas de Habitação de Interesse Social – HIS, bem como os Projetos de Recuperação Ambiental em Mananciais – PRAM, com manifestação do município envolvido.
- (D) elaborar programa para divulgação da aplicação do processo de licenciamento e regularização.
- (E) manter corpo técnico específico para exercer as atividades de licenciamento, regularização, fiscalização e monitoramento previstas na Lei Estadual nº 13.579/2009.

76. O suporte financeiro e os incentivos para a implementação da Lei Estadual nº 13.579/2009, e do Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental – PDPA serão garantidos com base em

- (A) recursos transferidos por organizações não governamentais, fundações, universidades e outros agentes do setor privado.
- (B) multas relativas às infrações ambientais.
- (C) incentivos fiscais voltados exclusivamente à proteção ambiental.
- (D) recursos provenientes de execução de ações judiciais cujo objeto da ação seja crime ambiental.
- (E) compensações por políticas, planos, programas ou projetos de impacto positivo local, estadual ou federal.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

77. Para os fins da Lei Municipal nº 6.163/2011, a condição de atender as necessidades de recursos da atual geração, sem comprometer o direito das futuras gerações aos mesmos ou a semelhantes recursos, é considerado como

- (A) meio ambiente.
- (B) desenvolvimento sustentável.
- (C) mitigação.
- (D) recuperação.
- (E) saneamento básico.

- 78.** De acordo com o que dispõe o Decreto Municipal nº 19.461/2015, a construção e a ampliação de pontes, viadutos, passarelas e demais obras de arte em vias municipais,
- (A) necessitam de licença ambiental prévia expedida pelo Prefeito.
 - (B) precisam de licença ambiental simplificada, com validade de 04 (quatro) anos.
 - (C) ficam dispensadas da obtenção de autorização ou alvarás na esfera municipal ou estadual.
 - (D) estão dispensadas da obtenção de licença simplificada, prévia, de instalação e de operação.
 - (E) estão dispensadas da apresentação da análise de estudo de impacto de vizinhança.
- 79.** Nos termos do que estabelece o Decreto Municipal nº 19.463/2015, assinale a alternativa correta.
- (A) Ficam assegurados aos agentes públicos credenciados para o exercício das atividades de fiscalização, o acesso e a permanência em áreas e estabelecimentos públicos, em qualquer dia e hora, e nos estabelecimentos privados, em dia e hora pré-agendados.
 - (B) É vedada a utilização de força policial por parte dos agentes públicos credenciados para o exercício das atividades de fiscalização, com o intuito de coibir eventuais resistências.
 - (C) No caso de ausência do responsável pela infração administrativa, e inexistindo preposto identificado, o agente credenciado não poderá proceder à apreensão dos produtos e instrumentos causadores da infração cometida.
 - (D) O auto de infração e inspeção ou documento similar será encaminhado ao Secretário de Governo, oportunidade em que se fará a autuação processual no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do seu recebimento.
 - (E) O auto de inspeção e o auto de infração que apresentar vícios sanáveis poderão, a qualquer tempo, ser convalidados de ofício pela autoridade administrativa responsável pelo julgamento.
- 80.** Para fins de cobrança em pecúnia para a conversão em obras, projetos ou serviços de interesse da Administração Municipal, o Decreto Municipal nº 20.366/2018, por plantio de muda devida pela compensação ambiental, define o valor equivalente a
- (A) R\$ 50,00 (cinquenta reais).
 - (B) R\$ 60,00 (sessenta reais).
 - (C) R\$ 70,00 (setenta reais).
 - (D) R\$ 80,00 (oitenta reais).
 - (E) R\$ 100,00 (cem reais).

